

OS DESAFIOS DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO COM A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM 2008

Márcio Luis Bastos da Silva*
Célia Regina Otranto**

Resumo

Este trabalho é resultante da investigação desenvolvida no curso de mestrado que buscou levantar alguns dos principais desafios para a implantação dos Institutos Federais, identificados a partir de uma pesquisa realizada nas quatro antigas Escolas Agrotécnicas Federais que foram transformadas em *campi* do Instituto Federal Baiano. Inicialmente, apresenta uma caracterização do Instituto Federal Baiano para, em seguida, divulgar os principais resultados obtidos através da aplicação de questionários elaborados com questões abertas e fechadas, combinando respostas de múltipla escolha com respostas abertas devidamente acompanhadas de instruções para o seu preenchimento, direcionados a servidores e gestores dos diferentes *campi*. Partindo desses resultados, foi possível identificar inquietações e preocupações que ainda dominam as discussões acerca do futuro da educação profissional e tecnológica e apontar algumas ações que podem contribuir para a consolidação da política de implantação dos Institutos Federais e para a ampliação da qualidade do trabalho neles desenvolvido.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica - Reformas educacionais - Institutos Federais

Abstract

This work is the result of research carried out in graduate school that sought to raise some key challenges for the implementation of the Federal Institutes, identified from a survey conducted in the four former Federal Agrotechnical Schools that were converted into campuses of the Institute Federal from Bahia. Initially presents a characterization of the Federal Institute for Baiano then disseminate the main results obtained by the use of questionnaires designed with open and closed questions, combining multiple-choice answers to open questions appropriately accompanied by instructions for its completion, aimed at servers and managers from different campuses. Based on these results, was possible to identify concerns and concerns that still dominate the discussions about the future of vocational and technological education and to highlight some actions that can contribute to the consolidation of policy and implementation of the Federal Institutes for expanding the quality of the work developed in them.

Keywords: Vocational and technological education. Educational reform. Federal Institutes

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – UFRRJ marciogbi@yahoo.com.br

Introdução

Há muito tempo, o Brasil vem enfrentando sucessivas reformas educacionais que sempre apresentam como objetivo declarado aprimorar as metodologias e práticas adotadas para o sistema educacional bem como oferecer um ensino de qualidade. No entanto, quando analisadas mais atentamente, verifica-se que estão sempre alinhadas a projetos de governo que visam atender aos interesses da classe e sistema dominantes do país e do mundo. Estes ditam as regras e fazem com que as diretrizes delineadas para a educação sejam direcionadas à consolidação das suas ideias e princípios.

Na última reforma educacional implementada pelo governo de Lula da Silva, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foram alteradas, significativamente, as condições de trabalho e concepções educacionais nas instituições que trabalhavam com o ensino agrícola do país, voltadas, principalmente, para o oferecimento do curso técnico de nível médio. Com essas alterações, os Institutos Federais, criados a partir da integração de outras instituições de ensino da rede federal de educação profissional, passaram a ter novas responsabilidades que mudaram substancialmente a estrutura e o modo de “fazer educação” dos estabelecimentos de ensino que lhes deram origem. À primeira vista, a mudança pode trazer a ideia de melhoria, mas, quando analisada com mais profundidade, é possível vislumbrar algumas consequências danosas para a qualidade da educação profissional brasileira.

Este trabalho está fundamentado em recente pesquisa que investigou a implantação do Instituto Federal Baiano (IF Baiano) e buscou identificar os principais desafios enfrentados pela instituição durante e após a tramitação da recente reforma dirigida à educação profissional e tecnológica. Ressalta-se que a limitação do estudo ficou por conta da investigação nos anos de 2009 e 2010, da inserção do investigador no campo da pesquisa e foi feita nas antigas Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia, que se transformaram em *campi* do IF Baiano. Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário composto por perguntas abertas e fechadas aplicado a 25% do quadro de servidores ativos e efetivos de cada *campus*, escolhidos de forma aleatória, bem como aos seus gestores.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa utilizada como base para o desenvolvimento desta produção científica teve uma abordagem qualitativa e foi definida como básica, do ponto de vista da sua natureza; quanto aos procedimentos técnicos, baseou-se em uma incursão bibliográfica utilizando livros, revistas, artigos, teses, dissertações e material disponibilizado na internet, visando ao levantamento histórico-político da

educação profissional a partir do início da década de 1990 até o final do ano de 2010; a pesquisa teve um caráter descritivo, uma vez que procurou apontar a percepção dos grupos amostrais a respeito de toda a mudança que aconteceu a partir da publicação da Lei 11.892/2008.

O texto se inicia com uma breve contextualização da Reforma, seguida pela caracterização do IF Baiano. Na sequência, destacamos como se deu a reforma no IF Baiano e apontamos os principais desafios extraídos dos depoimentos dos grupos amostrais utilizados na pesquisa.

Contextualizando a reforma

A década de 1990 foi um período de consolidação das políticas neoliberais, pois apresentaram elementos que ratificam as investidas do capital sobre os processos de produção e as relações de trabalho estabelecidas a partir da ótica do capital, presentes nas obras de Neves (2004), Soares (2003), Otranto (1999; 2010), dentre outros.

Um dos campos mais visados pelas forças capitalistas era o educacional, ficando este destinado à formação de mão-de-obra qualificada e barata para suprir as demandas provenientes das necessidades dos países desenvolvidos. Para tanto, era necessário adequar a educação profissional às metas estabelecidas pelo modelo de produção vigente, de forma a favorecer os países desenvolvidos e industrializados, detentores de tecnologia e carentes de campo para vender seus produtos e serviços.

Para atender às necessidades político-econômicas surgiram reformas e ações/programas ao longo das décadas de 1990 a 2000, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Escola de Fábrica, PLANFOR, etc.

A cada proposta de mudança, novos elementos surgiam, avançando em uns pontos e/ou retrocedendo em outros, mas sempre alinhados com a política neoliberal. Nesse sentido, viu-se a transferência de responsabilidade do estado para as empresas, quando atribuía a essas últimas o papel de qualificar os trabalhadores dentro de suas instalações. Essa prática, de acordo com Maués (2008, p. 114) “era resultado do acordo efetuado entre governo e empresários, no sentido de limitar a qualificação do trabalhador às demandas exclusivas do processo da produção”. Caminha, portanto, na direção contrária ao que tem sido defendido por muitos educadores para uma educação profissional de qualidade, que pressupõe, além da prática, conhecimento geral, e não fica restrita ao atendimento das demandas de uma determinada empresa ou conglomerado empresarial.

Foi possível perceber que ao longo da década de 1990 e início desse novo milênio, isto é, desde Collor e Fernando Henrique Cardoso até o governo Lula, a educação profissional e tecnológica esteve permeando as discussões sobre as políticas públicas

brasileiras sempre sob a ótica do capital, fazendo com que, nos primeiros momentos, houvesse uma drástica redução dos investimentos no setor público, na área social e, em especial, no setor educacional, contribuindo para a consolidação do projeto neoliberal no país, quadro que começou a ser mudado no governo Lula, especialmente, no segundo mandato.

No governo Lula, houve um maior investimento na área social e uma atenção especial às políticas educacionais voltadas para a educação profissional. O principal motivo, de acordo com Maués (2008, p.115), foi que a educação profissional passou a ser vista “como importante mecanismo capaz de possibilitar ao país o seu ingresso nos mercados globalizados e competitivos, acentuando o ideário da educação profissional como uma das alavancas para o crescimento econômico”.

Nesse contexto, foram implantados, no ano de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da reorganização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, constituindo-se em mais uma ação promovida pelo governo voltada para essa modalidade de educação no país.

Verificou-se que essa reorganização se deu de forma acelerada e sem uma devida discussão com os atores envolvidos; ficou evidenciada a utilização da educação no projeto de consolidação do neoliberalismo, que necessita de mão-de-obra barata, qualificada e disponível em quantidade suficiente no mercado de trabalho para, assim, garantir a manutenção da hegemonia do capital sobre o trabalho, possibilitando, também, a recomposição de suas bases de acumulação.

Nesse sentido, Souza (2004) identifica na escola o lugar onde o capital se apóia para implementar sua política de hegemonia. Mas, ao mesmo tempo, o pesquisador citado a considera um lugar privilegiado para o desenvolvimento da consciência crítica do trabalhador, através do acesso ao conhecimento e da oportunidade de sua organização e luta por uma educação de qualidade. Concordando com Souza (2004), investigamos a implementação dessa política no IF Baiano e buscamos os condicionantes que podem impedir o desenvolvimento dessa consciência crítica.

O Instituto Federal Baiano: breve caracterização

A Bahia possui dois Institutos Federais, sendo um, o IF Bahia, originado a partir da transformação do CEFET Bahia, e o outro, o IF Baiano, foco de nossa investigação, proveniente da transformação/integração de unidades de ensino federais que tinham suas atividades voltadas para o ensino agrícola.

Atualmente, o Instituto Federal Baiano, doravante denominado IF Baiano, é composto por nove unidades de ensino: quatro provenientes da transformação das antigas Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia (Guanambi, Catu, Santa Inês e Senhor do Bonfim); quatro provenientes da integração das antigas Escolas Médias de Agropecuária Regional da

CEPLAC – EMARC´s (Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença) e uma que se encontra funcionando provisoriamente em instalações cedidas pela prefeitura municipal da cidade onde está sediada (Bom Jesus da Lapa). O órgão central da administração do IF Baiano (reitoria) encontra-se sediado em Salvador/BA.

O IF Baiano oferece, atualmente, os seguintes cursos médios profissionalizantes, distribuídos nos seus *campi*: a) Integrado ao Ensino Médio – Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia, Técnico em Agroindústria, Técnico em Informática, Técnico em Alimentos, Técnico em Agroecologia; b) Subsequente ao Médio - Técnico Agrícola Habilitação em Agricultura, Técnico Agrícola Habilitação em Zootecnia, Técnico em Petróleo, Técnico de Agrimensura, Técnico em Agropecuária, Técnico em Processamentos de Alimentos, Técnico em Floresta, Técnico em Hospedagem, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Turismo e Hotelaria, Técnico em Informática; c) Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) – Técnico em Alimentos, Técnico em Cozinha, Técnico em Informática e Processamento Básico de Leite, Carnes e Vegetais.

Em relação aos Cursos Superiores, o IF Baiano está oferecendo: Bacharelado em Agronomia; Licenciatura em Química; Tecnológico em Agroindústria; Licenciatura em Ciências Agrárias; Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Tecnologias da Informação e Comunicação, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Zootecnia. Na pós-graduação, registra-se o curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos e a Pós-Graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos com Necessidades Especiais.

O IF Baiano tem 4889 alunos matriculados no ano de 2011 nos diversos cursos, englobando todos os seus níveis e modalidades. Para dar suporte a essa estrutura, o Instituto conta com um quadro de pessoal composto de 400 docentes e 441 servidores técnico-administrativos, que oscila constantemente em função do ingresso de novos servidores como também motivado por exonerações.

Para administrar essa estrutura, o IF Baiano possui um organograma da administração central semelhante ao das universidades. Por ser uma instituição multicampi, de acordo com a lei de criação (BRASIL, 2008), é composto por unidades educacionais administradas por diretores gerais eleitos democraticamente por suas comunidades escolares, distribuídas por todo o estado da Bahia.

A reforma da educação profissional e tecnológica no IF Baiano

A pesquisa utilizada como base para este artigo partiu da tabela abaixo que retrata o universo pesquisado, levando em consideração os questionários distribuídos e devolvidos, os quais, neste último caso, totalizaram 56 servidores que devolveram o instrumento de pesquisa. Salienta-se que houve uma devolução de 100% dos questionários aplicados aos gestores, totalizando quatro gestores.

Tabela 1 – Devolução de questionários pelos servidores

Localidade	Servidores	Servidores	(%)	Questionários	Questionários	(%)
	Dez/2008	aptos		entregues	devolvidos	
Catu	118	90	76,27	22	16	72,72
Guanambi	87	70	80,46	17	16	94,11
Santa Inês	65	46	70,77	12	11	91,67
Senhor do Bonfim	72	52	70,22	14	13	92,86
TOTAL	342	257	75,15	65	56	86,15

Fonte: os autores

Com base nas respostas obtidas dos grupos amostrais que contribuíram com a pesquisa que fundamentou este artigo, foi possível verificar a forma como se deu a implantação da nova estrutura organizacional da rede federal de educação profissional e tecnológica no âmbito do IF Baiano.

A primeira constatação foi referente à forma como foi implantada a proposta. Da mesma maneira como aconteceu em outras reformas, não houve uma profunda e efetiva discussão com a sociedade e as comunidades escolares. Nesta, caracterizou-se, inicialmente, por uma ação verticalizada, através de um Decreto, que contou com o consentimento da maioria dos sujeitos envolvidos, repetindo o que acontecera em outros momentos.

O fato foi evidenciado por 62,5% dos servidores consultados, que entenderam ter sido a proposta governamental implantada de forma acelerada e sem discussão suficiente para esclarecê-la às comunidades escolares. Parte do universo, 30,35%, também considerou que não houve resistência da comunidade escolar. A totalidade dos gestores afirmou que a implantação dos Institutos se deu aceleradamente.

A variável que pode ter contribuído para que a implantação acontecesse sem maiores reflexões diz respeito ao momento conjuntural pelo qual passava o movimento sindical brasileiro na época da reorganização da rede. Como contava com uma significativa parcela de seus quadros envolvida com os projetos do governo Lula, na época da reforma, teve seu poder de reação limitado, e as entidades não identificadas com a proposta governamental não conseguiram promover a mobilização necessária para forçar o governo a discutir efetivamente a proposta de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Também, como das outras vezes, viu-se o consentimento dos dirigentes das instituições que integrariam a nova estrutura organizacional proposta, uma vez que estas seriam equiparadas às universidades, de acordo com o Art. 2º, § 1º da Lei 11.892/08 (BRASIL, 2008). Esse elemento inflou o ego de muitos dirigentes seduzidos por *status* que viam a possibilidade de ascensão dentro da nova rede instituída, já que seria criada uma

estrutura semelhante à das universidades, composta de Reitoria, Pró-Reitorias e outros órgãos característicos da estrutura universitária. O aumento significativo dos cargos em comissão e funções gratificadas, também, contribuiu sobremaneira para minimizar possíveis resistências.

Mesmo que nos momentos iniciais, 71,43% dos servidores e 75% dos gestores não tivessem se sentido devidamente esclarecidos a respeito do conteúdo da proposta de criação da nova institucionalidade, as reações contrárias não foram proporcionais à declarada falta de clareza. Esse pode ser o reflexo do resultado da questão anterior que apontou a forma acelerada de implantação da nova realidade para a educação profissional e tecnológica.

Os percentuais obtidos entraram em contradição com os discursos governamentais de que estavam munindo a sociedade e as comunidades escolares dos esclarecimentos necessários ao entendimento da reforma. A ratificação dessa constatação pode ser verificada através do resultado de uma das questões do questionário aplicado aos servidores, onde 76,79% apontaram entre uma e três o número de reuniões realizadas nos *campi* para esclarecer a proposta governamental.

Acrescenta-se a tudo isso o período em que ocorreu a adesão das escolas, entre dezembro e março, período marcado por sobrecarga de trabalho em função do final do período letivo. Na mesma época, verifica-se, também, um esvaziamento das instituições devido ao recesso escolar e período costumadamente utilizado para gozo de férias de parcela significativa do corpo de servidores.

Apesar dos argumentos acima, na visão de 66,07% dos servidores e da totalidade dos gestores, houve participação da comunidade escolar nestes poucos momentos realizados para discussão da proposta. Compuseram esse grupo, em sua maioria, o diretor, a equipe pedagógica, os professores, técnico-administrativos e estudantes. No entanto, vale registrar que a participação estudantil foi muito mais perceptível na visão dos gestores, já que 75% declararam essa participação, contra 37,5% do corpo de servidores não gestores. Já a comunidade externa foi citada por somente 7,14% do universo pesquisado.

A totalidade dos gestores e 85,7% dos servidores entenderam que as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) não estavam preparadas para receber as mudanças propostas pelo governo no que diz respeito ao quantitativo de pessoal e à infraestrutura e que isso se constituirá em mais um desafio para essas instituições promoverem um ensino de qualidade. Todavia, tanto gestores quanto servidores, em sua maioria, declararam acreditar que a criação dos institutos pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino profissional e tecnológica na rede federal de educação, sob os argumentos de abertura de novos cursos e vagas, maiores investimentos em infraestrutura e contratação de pessoal, valorização profissional do corpo de servidores, dentre outros.

Ao longo de toda a discussão acerca da implantação dos Institutos, permearam dúvidas quanto ao futuro do ensino agrícola nas antigas EAFs, a partir da reforma. Sobre esse assunto os respondentes divergiram em suas opiniões, sendo que 53,57% dos servidores acreditaram que com a nova situação seria dada mais atenção ao nível superior

em detrimento dos cursos técnicos profissionalizantes, enquanto 75% dos gestores entenderam que não haveria prejuízo para essa modalidade de curso.

Os argumentos utilizados para o primeiro caso vão desde a oferta de cursos técnicos fora da área agrônômica, questões infraestruturais, interesse do público que está ingressando, até a possível supervalorização dos cursos superiores. Para os gestores, os cursos continuarão tendo o seu lugar de destaque por entenderem que o Brasil tem uma agropecuária forte, o que conta favoravelmente para sua manutenção e atenção por parte do governo.

Essas discussões proporcionaram reflexões a respeito da perda de identidade das antigas Escolas Agrotécnicas. Ao serem questionados sobre uma possível perda de identidade da instituição que deu origem ao *campus*, os gestores se posicionaram de forma dividida. Metade considerou que haveria a perda; a outra parte, não. Essa questão também foi motivo de preocupação no universo pesquisado por Otranto (2010) em sua investigação a respeito da implantação dos Institutos Federais.

Os principais argumentos utilizados para os defensores da perda de identidade giraram em torno do desvirtuamento do papel da escola, do perfil da clientela que utilizará a unidade de ensino e da diversificação dos cursos oferecidos. Do outro lado, aqueles que defenderam que a identidade foi mantida argumentaram que as escolas já estavam consolidadas como instituições de ensino agrícola e tinham uma presença na história local que lhe permitiriam manter a sua identidade.

Outro ponto divergente entre os sujeitos pesquisados foi relativo à priorização da quantidade de cursos e vagas, em detrimento da qualidade da educação. Enquanto 60,72% dos servidores apontaram que essa seria a tônica da reforma, 75% dos gestores seguiram na linha oposta. Sobre esse tema, vale registrar a falta de adoção de uma política de estado para a educação brasileira. Não resta dúvida que a inexistência de ações planejadas e continuadas a médio e longo prazo para a educação favorece a precarização dos processos educacionais. Grabowski e Ribeiro (2010, p. 279) fazem uma reflexão acerca desse tema.

A ausência de uma política de Estado, seja para a educação básica, seja para a educação profissional, é um dado histórico real. Portanto, construir, com toda a sociedade, uma proposta de política pública de educação profissional e tecnológica, embasada numa concepção de mundo, homem e sociedade como sujeitos e não como objetos do mercado capitalista e voltada para um projeto de nação soberana e independente é desafio que não pode ser postergado. Para tanto, faz-se necessário sustentar uma proposta de educação profissional como uma política pública, integrada no Sistema Nacional de Educação e articulação com a educação básica e superior.

O grupo que aponta a priorização da quantidade em relação à qualidade utiliza, dentre outros, os seguintes argumentos: a forma acelerada como se deu a reforma, a multifuncionalidade conferida aos Institutos, o propósito político da proposta, a preocupação com o aumento do número de cursos e de vagas oferecidas. Já o grupo de diretores acredita que o intuito governamental não era esse ao promover a mudança e que a qualidade não deverá ser afetada, apesar do aumento da quantidade de cursos.

A possibilidade da perda da autonomia das antigas EAFs, transformadas em *campi* do Instituto Federal Baiano, dominou grande parte das discussões. Indagados a respeito, 50% do grupo amostral de servidores entenderam que houve perda da autonomia das escolas com a nova realidade, enquanto 35,71% consideraram que isso aconteceu parcialmente.

Posicionamentos, como o de Pereira (2010), sobre a necessidade de manutenção da autonomia ecoaram no decorrer da reforma, mas, hoje, verifica-se uma acentuada perda de autonomia nos *campi* que compõem o IF Baiano, já que todas as decisões têm que passar pelo crivo da reitoria, que é o elo entre o Instituto e as esferas superiores do governo.

Passada a fase de implantação, na prática, também é preocupante a forma como está se dando a implementação das ações que visam ao funcionamento do IF Baiano. Na visão dos servidores, como em outros momentos da história das reformas educacionais promovida no país, a implementação das ações voltadas para a consolidação dos Institutos está transcorrendo de forma acelerada, sem resistência e sem um efetivo envolvimento das comunidades escolares e regionais, que acabam ficando alijadas das informações e discussões. Contribuem para isso a desmobilização e o estado de consentimento em que vive a maior parte dos sujeitos envolvidos nesse processo, reforçado pela iniciativa dos agentes governamentais que têm pressa na obtenção de resultados.

É importante ressaltar que a reforma se deu sob o apelo da inclusão social e resgate de dívida social histórica com cidadãos que ficaram alijados do direito de uma educação pública de qualidade. Perguntados a respeito, 51,79% dos servidores pesquisados acreditaram que haveria uma compensação dessa dívida com a criação do IF contra 44,64% que duvidaram que isso fosse possível. Na análise dos resultados, foi possível constatar algumas diferenças entre as percepções dos sujeitos, pois, enquanto uns acreditavam que a interiorização do ensino superior proporcionada pelos IF's aumentaria a chance de acesso da população, outros afirmavam que os Institutos eram somente um remédio paliativo, já que a interiorização poderia acontecer sem a criação dos Institutos.

Ciavatta (2010) entende que políticas pontuais assistencialistas e reparadoras de injustiças não irão sanar o problema educacional brasileiro, mas, sim, a adoção de medidas concretas e contínuas. Nesse sentido, ela afirma:

Os programas de governo engendram soluções pontuais, focalizadas nos grupos mais desfavorecidos. Mas programas assistencialistas são contingências decorrentes da injustiça social e da extrema desigualdade social em que vivemos. Eles não podem substituir as políticas públicas, as políticas de Estado, que tenham sustentação em legislação específica, tenham base orçamentária e garantia de continuidade (CIAVATTA, 2010, p. 163).

Apesar de acharem que a reforma da rede federal de educação profissional e tecnológica não resolveria o problema educacional brasileiro, 60,71% dos servidores destacaram a necessidade de estruturação das instituições federais de ensino e adoção de uma política que norteasse a sistemática educacional das antigas Escolas Agrotécnicas Federais.

A pesquisa identificou, também, que em um ano e meio de funcionamento houve pouca evolução na infraestrutura para atender à grande demanda ocasionada pelo aumento de cursos oferecidos. Nesse período, foram implantados 13 cursos (92,8%), e somente construídas 11 salas de aula (18%) e um laboratório (4,8%). Em relação ao quadro de pessoal, houve uma relativa contratação de técnicos administrativos (28,3%) e significativo aumento do número de docentes (60,4%), bem como de alunos (47,8%).

Sobre o quadro de pessoal, a totalidade dos gestores considerou que ele não atende suficientemente para fazer funcionar o Instituto nos moldes como está estabelecido na proposta, sendo necessária a abertura de novos concursos para reforçar os recursos humanos.

Desafios a serem enfrentados pelo IF Baiano

Considerando os elementos apontados na pesquisa, percebe-se que serão muitos os desafios a serem enfrentados para se consolidar efetivamente o Instituto Federal Baiano. A partir da sua implantação, as unidades que o compõem passaram a ter novos desafios, devido à sua nova missão multifacetada, estabelecida em sua lei de criação, uma vez que deverão ofertar cursos de nível superior tecnológicos (graduação e pós-graduação), nos mais diversos campos do saber, acrescidos de cursos de formação de professores, educação a distância, etc. Precisam, ainda, continuar a oferecer cursos técnicos e cursos de nível médio, que já compunham sua organização curricular anterior. Enfrentam, ainda, a obrigatoriedade da oferta de cursos de educação de jovens e adultos.

Um dos principais desafios é a manutenção da oferta de ensino técnico profissionalizante de qualidade, preocupação constante nos depoimentos dos servidores, por considerarem que haveria uma atenção especial aos cursos de nível superior, uma vez que este último tem maior destaque interna e externamente. O reflexo disso pode ser uma redução gradual dos cursos técnicos, ainda que a lei de criação dos IF's preveja a oferta de um percentual mínimo de vagas para os cursos técnicos de nível médio.

Contatou-se, então, a necessidade de implementação de ações continuadas, que devem ocorrer de forma planejada e organizada, envolvendo desde a escolha dos cursos, elaboração da matriz curricular, até a implantação e desenvolvimento das propostas pedagógicas. Somente dessa forma, acredita-se que possam ser mantidas as condições para a oferta de cursos de boa qualidade que atendam as necessidades daqueles que usufruirão dos serviços prestados por aquela unidade, sejam eles oriundos do local ou das regiões circunvizinhas.

Para adequação à nova realidade, a administração do IF Baiano necessitará realizar efetivas melhorias na parte de infraestrutura dos *campi*. Essa foi uma das principais deficiências apontadas por gestores e servidores no momento da implantação, possíveis de serem verificadas a partir da apresentação da evolução das instalações presentes no momento da criação e após 18 meses de funcionamento do Instituto em cada um dos *campi*.

A ampliação do quadro de pessoal de forma a tender à expansão também se constitui em outro grande desafio para os gestores do IF Baiano. Esse é um problema comum no segmento educacional, pois, geralmente, as reformas que atingem essa área da atividade humana não vêm acompanhadas de um planejamento prevendo a contratação de recursos humanos em número suficiente para atender às necessidades das instituições afetadas. Há, normalmente, o estabelecimento de números subestimados em relação às reais necessidades de pessoal para se promover as mudanças, o que pode provocar uma sobrecarga de trabalho aos profissionais e, conseqüentemente, uma queda na qualidade dos serviços prestados.

Um dos assuntos mais presentes nas declarações feitas pelos servidores como justificativas de suas respostas às questões propostas pelo questionário foi a necessidade do estabelecimento de um novo modelo de gestão. Usando o argumento de que os *campi* ainda se encontravam ligados à forma de administrar das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, os servidores entenderam que essa situação deveria ser modificada para que os processos educacionais pudessem fluir de forma satisfatória, em consonância com a proposta para os Institutos. Os ranços e os vícios deveriam ser vencidos para que a educação profissional e tecnológica tivesse, a partir da reforma, novos horizontes, descolados do modelo de administração das antigas unidades educacionais.

Manter os investimentos para a concretização do que está posto para o IF Baiano, e demais Institutos, é outro desafio que não depende, somente, da vontade dos atuais gestores. Esse é um problema que passa pela adoção de políticas governamentais que, de fato, valorizem essa modalidade de ensino através de ações planejadas e continuadas e não voltadas para a solução de problemas pontuais, visando atender a algum projeto nacional ou internacional de manutenção do modo de produção vigente.

No entanto, acredita-se que o maior desafio a ser enfrentado pelo IF Baiano é promover um ensino profissional e tecnológico de qualidade, que atenda aos anseios dos públicos que o procuram. A magnitude da proposta, os contextos políticos e econômicos atuais e futuros, bem como os outros elementos apontados acima são fatores que tornam a consolidação da marca “IF” um enorme desafio não só para os gestores, mas para todos aqueles que compõem as comunidades escolares e usufruem dos seus benefícios.

Apesar de não ser objeto de estudo da pesquisa que fundamentou este artigo, a estruturação das Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC (EMARC's) é outro aspecto para consolidação do IF Baiano que exigirá muito planejamento e investimento, haja vista que essas escolas se encontravam em um patamar infraestrutural, de pessoal e orçamentário aquém do que estava posto para as antigas Escolas Agrotécnicas Federais, o que demandará ações coordenadas por parte da administração central.

Essas escolas, anteriormente ligadas à Comissão Executiva para o Plantio da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e vinculadas ao Ministério da Agricultura, atualmente incorporadas ao Instituto, encontravam-se, nos momentos iniciais da reforma, com uma realidade financeira, estrutural e de pessoal diferenciada em relação às EAF's. Foram criadas para atender a um público ainda mais específico com o objetivo de resolver problemas pontuais que assolaram a região cacaueira da Bahia a partir da década de 1980.

Considerações Finais

Como foi possível perceber, a partir dos relatos apurados, a reforma da educação profissional e tecnológica implementada pela Lei 11.892/2008 foi cercada de muita expectativa por todos os integrantes das comunidades escolares em função da forma acelerada como transcorreu. Foram constatadas preocupações que vão desde o futuro do ensino agrícola, com a falta de condições para operacionalizar o que estava posto para as unidades educacionais diante da nova realidade e a manutenção da qualidade do ensino oferecido pela rede, até a preocupação com o posicionamento governamental em relação ao que foi proposto inicialmente através da lei de criação dos Institutos. Esses foram os principais elementos apontados pelo universo pesquisado para justificar as informações desencontradas, as dúvidas e a imobilização que tomou conta das comunidades escolares, científicas e sindicais no decorrer da reforma.

Sem dúvida, somente o tempo permitirá conclusões acerca do sucesso ou não dessa reforma que alterou toda a engenharia da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, especialmente no IF Baiano, considerando que este parte para uma realidade totalmente diferenciada em relação àquela vivenciada antes da reforma, haja vista que é constituído por instituições que tinham suas atividades voltadas apenas para um determinado nível de ensino e agora tem sua atenção dividida com outros níveis e modalidades.

Entretanto, para que a consolidação do IF Baiano se torne uma realidade equivalente à de outros Institutos Federais originados a partir de CEFET's já estabelecidos, com experiência em oferecimento de cursos superiores e com corpo docente mais qualificado, será necessária uma participação efetiva das comunidades escolares no sentido de fortalecer o que já estava encaminhado desde a época das antigas unidades de ensino. É preciso, também, envidar esforços que visem construir coletivamente o que está proposto para a nova estrutura organizacional.

O apoio governamental é outro elemento determinante para o sucesso da nova institucionalidade, pois a matriz orçamentária necessária à manutenção de uma estrutura dessa magnitude, é muito grande e demanda continuidade de ações para lograr êxito.

Portanto, os próximos anos serão cruciais para verificarmos, na prática, se o que foi implantado através de instrumentos legais realmente prosperou e pavimentou o caminho para a melhoria da educação profissional brasileira. Sem dúvida, os Institutos continuarão sendo objetos de novas investigações que possibilitarão verificar se o que foi proposto para a educação profissional e tecnológica a partir da reforma está sendo concretizado e atingindo o seu objetivo.

Para concluir, apresentamos um pequeno trecho de Célia Otranto, que expressa muito bem a importância dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a

necessidade de acompanhamento da implantação dessas instituições no cenário da reforma da educação técnica e tecnológica brasileira.

O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira. Está produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental, por esse motivo essas mudanças precisam ser acompanhadas bem de perto (OTRANTO, 2010, p. 105).

Referências

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília/DF, 30 dez. 2008, Seção 1, p.1-3.

CIAVATTA, Maria. Universidades Tecnológicas: horizonte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET)? In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 271-284.

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 271-284.

MAUÉS, Olgas Íses Cabral; GOMES, Elenilce Gomes; MENDONÇA, Fernanda Lopes. **Políticas para a Educação Profissional Média nos anos 1997-2007**. Trabalho & Educação, v. 17, n. 1, jan./abr. 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. In: **Reunião Anual da ANPED**, 27, 2004, Caxambu - MG. Programas e Resumos, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

OTRANTO, Célia Regina. **O neoliberalismo como proposta hegemônica**. Seropédica, RJ: UFRRJ/CPDA, set. 1999, p. 11-18 (Série Textos, 10),

_____. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista Retta**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, v. 1, n. 1, Seropédica: EDUR, 2010, p. 89-110.

PEREIRA, Paulo César. O Concefet frente ao atual momento da educação profissional e tecnológica. In: MOLL, Jaqueline e colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 271-284.

SOARES, Ana Maria Dantas. **Política Educacional e Configuração dos Currículos de Formação de Técnicos em Agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?** 2003.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, Qualificação, Ciência e Tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, n. 22, p. 1-15, jul./dez., 2004.